

Confiança abalada

VICENTE NUNES
DA EQUIPE DO CORREIO

As denúncias de corrupção envolvendo o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, chegaram num momento em que o governo se preparava para dar boas notícias ao eleitorado. Os números que transitam entre as mesas do ministro e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, mostram que a economia brasileira voltou a crescer a um ritmo próximo de 4%, com aumento do emprego e melhoria, ainda que pequena, no poder de compra dos trabalhadores. "A bala disparada por Rogério Buratti atingiu em cheio o coração do governo. Com a desconfiança rondando o ministro da Fazenda, não há como tirar proveito de tudo de bom que a economia terá para apresentar nos próximos dias", diz, desanimado, um dos assessores mais próximos de Palocci.

A força da economia, segundo esse assessor, superou até

mesmo o forte aperto monetário promovido pelo Banco Central. Apesar dos nove meses consecutivos de alta nas taxas de juros (de setembro de 2004 a maio deste ano), a produção e o consumo não foram para o buraco. "Pelo contrário. Os indicadores mostram que o Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre pode ter crescido até 1,5% — o número oficial será divulgado no próximo dia 31. Mas como comemorar isso, se estamos diante de uma crise que pode pôr tudo a perder, se contaminar a economia real", destacou. "Mas não é só. Já nos preparamos também para a retomada do processo de queda das taxas de juros a partir de setembro, que ajudaria a alavancar a economia em 2006."

Muito nervosismo

O desânimo na equipe de Palocci é geral. Com a maior parte do mercado financeiro dando como certo o afastamento do ministro ainda hoje — ele dará uma entrevista

ao meio-dia —, o esforço agora é para evitar o pior. "Felizmente, temos o crescimento da economia mundial jogando a nosso favor", afirma um técnico do BC. "O mundo crescente mantém as nossas exportações em alta, produzindo dólares suficientes para evitar bruscas arrancadas nos preços da moeda. Além disso, temos a vantagem de os juros altos atraírem capitais para o país, o que também mantém o dólar sob controle", acrescenta. O mesmo técnico diz que o governo ainda está contando que o alardeado compromisso com o ajuste fiscal ajude a minimizar as incertezas que abateram o mercado financeiro.

Para Carlos Thadeu de Freitas Gomes, economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), por mais fragilizado que o governo esteja, a economia real ainda está protegida e vai continuar assim mesmo que Palocci deixe o comando do Ministério da Fazenda. A seu ver, se os juros permanecerem nos atuais patamares ou mesmo subirem,

não há como o dólar apresentar por muito tempo comportamento semelhante ao que se viu na sexta-feira, quando Rogério Buratti afirmou que Palocci recebia suborno de R\$ 50 mil por mês no período em que foi prefeito de Ribeirão Preto. "Entre os investidores, a ganância fala mais que o medo. E os juros do Brasil compensam qualquer risco", sentencia Thadeu.

Zeina Latif, economista do Banco HSBC, está mais cética. Mas ela reconhece que, não fossem as altas taxas de juros no Brasil e o cenário mundial benigno, a crise já teria rompido o dique que separa a economia da política. A grande indagação agora é saber se esse dique é forte o suficiente para sustentar um processo de suspeição contra o homem forte do governo e principal avalista da política econômica. Os dias que virão serão de muito nervosismo.

LEIA MAIS SOBRE CRISE NA
PÁGINA 18

O QUE BLINDOU A ECONOMIA

✓ **Liquidez internacional** — As baixas taxas de juros no mundo estimulam o fluxo de dinheiro para países emergentes, especialmente o Brasil, onde a taxa real, de 14% ao ano, é a maior do planeta. Esse fluxo de recursos evita grandes arrancadas dos preços do dólar e, por tabela, mantém a inflação sob controle.

✓ **Balança comercial** — O Brasil está exportando como nunca. Os dólares trazidos pelos exportadores ficam no país, gerando emprego e renda. O saldo comercial, que deve passar de US\$ 40 bilhões neste ano, contribui para superávits nas contas externas, reduzindo a dependência do país por

financiamentos no mercado internacional.

✓ **Ajuste fiscal** — O setor público economizou mais de 6% do PIB nos primeiros seis meses do ano para o pagamento de juros. Com isso, a relação entre a dívida pública e o PIB está caindo, dando a confiança aos investidores que o Brasil terá condições de pagar suas dívidas.

✓ **Inflação** — O aperto na política de juros levou o país a registrar o quarto mês consecutivo de deflação, sem que a economia entrasse em recessão. Pelo contrário, a atividade produtiva continuou firme. No segundo trimestre, segundo os analistas, o PIB cresceu entre 1% e 1,5%.